

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 22 n. 130

janeiro/fevereiro 2026

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Bruno Casagrande – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti
Cesar Calo Peghini – Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero
Ênio Santarelli Zuliani – Eroulth Cortiano Junior – Freddie Didier Junior
Giselda M. F. Novaes Hironaka – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza
Humberto Theodoro Jr. – José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci
Luciano Martinez – Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Adriane Medianeira Toaldo – Amanda Ferreira Gonçalves da Silva – André Cordeiro Leal
Carlos Eduardo Montes Netto – Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas
Claudineia Veloso da Silva – Daniel Ferreira da Ponte – Danilo Porfírio de Castro Vieira
Eduardo Rodrigues Brasil – Gabriela Calça – João Pereira Monteiro Neto
Juliana Patrícia dos Santos Andrade – Jussara Borges Ferreira – Leonardo Macedo Poli
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz – Luciano Oliveira de Moraes – Luis Felipe Salomão
Magno Federici Gomes – Marcelo Negri Soares – Rafael Clementino Verissimo Ferreira
Richard Bassan – Thyago Henrique Pogianelo Mendes – Vinicius Pinheiro Marques
Vitor Kalil Rocha Ferreira – Wellington Júnior Jorge Manzato

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004

Bimestral.

n. 130 (jan./fev. 2026)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, referência continuada em publicação jurídica em nosso País, chega ao número 130, com assuntos de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Iniciamos este volume com o texto dos autores convidados, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão e Luciano Oliveira de Moraes, intitulado *A Tramitação da Reforma do Código Civil na Comissão Temporária do Senado Federal*. Os autores fazem uma análise sobre as inevitáveis e necessárias mudanças no sistema do Direito Civil, propostas pelo PL nº 4/2025.

O segundo estudo desta edição é *O Instituto da Ação na Legislação Brasileira – Uma Análise com o Direito Comparado nas Américas e a sua Intersecção com os Princípios do Processo Civil*, de autoria de Richard Bassan e Jussara Borges Ferreira. Trazem os autores a reflexão de como as práticas e princípios adotados em outros países da região influenciam a compreensão e a aplicação do direito de ação no Brasil, além de examinarem a intersecção entre esses aspectos e os princípios do processo civil.

Seguimos a edição com o artigo de Danilo Porfírio de Castro Vieira e Daniel Ferreira da Ponte, que trata sobre *A Aplicação dos Temas de Repercussão Geral nº 130 (STF) e do Tema de Recurso Repetitivo nº 1.122 (STJ)*. Os autores fazem interessante análise sobre os limites da responsabilidade civil das concessionárias de serviços públicos em acidentes envolvendo animais, com especial atenção à distinção entre eventos ocorridos em rodovias e aqueles relacionados ao fenômeno do *birdstrike* – colisões entre aeronaves e aves silvestres.

João Pereira Monteiro Neto participa da edição com o texto *Óbices Legais à Tutela Provisória contra a Fazenda Pública*, abordando criticamente o microsistema legal dos óbices à tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.

Na sequência, temos o artigo *A Proteção dos Direitos Autorais na Música Brasileira: o Caso Martinho da Vila x Adele*, escrito por Eduardo Rodrigues Brasil e Vinicius Pinheiro Marques. Nele, os autores objetivam compreender os desafios e fragilidades da legislação brasileira a partir da análise do caso Martinho da Vila x Adele, amplamente divulgado como disputa judicial de plágio internacional.

Carlos Eduardo Montes Netto, Amanda Ferreira Gonçalves da Silva e Gabriela Calça trazem importante contribuição com a pesquisa intitulada *Dos Efeitos do Concubinato à Luz do Direito Obrigacional*. Entre outros temas, os autores discorrem sobre a responsabilidade civil entre concubinos, com destaque para a obrigação de indenizar em casos de prejuízos decorrentes da relação, bem como as implicações sucessórias e previdenciárias do concubinato.

Os textos de doutrina continuam com o artigo *O Emprego da Inteligência Artificial no Processo e a Exigência de Fundamentação e Transparência das Decisões Judiciais: a Eficácia do Art. 8º do Projeto de Lei nº 2.338/2023*, escrito por Magno Federici Gomes e Thyago Henrique Pogianelo Mendes. O estudo analisa a viabilidade das decisões judiciais tomadas por IA, com destaque para o art. 8º do PL nº 2.338/2023. A pesquisa questiona a eficácia desse artigo diante da opacidade algorítmica e sua contribuição para preservação das normas constitucionais na aplicação da IA em decisão judicial.

Seguimos com o escrito intitulado *Arbitragem e Justiça Gratuita como Mecanismo de Ampliação do Acesso à Justiça e Proteção dos Direitos da Personalidade*, cujos autores, Wellington Júnior Jorge Manzato, Marcelo Negri Soares e Claudineia Veloso da Silva, discorrem sobre a arbitragem como instrumento de efetivação dos direitos da personalidade, abordando a necessidade de sua inclusão como uma alternativa viável de acesso à justiça, destacando a importância da regulamentação da justiça gratuita na arbitragem.

André Cordeiro Leal, Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Leonardo Macedo Poli e Vitor Kalil Rocha Ferreira são os autores do estudo *O Ato Jurídico Procedimental e o Controle Processual dos Negócios Jurídicos Procedimentais*. O texto trata do tema da compatibilidade dos negócios jurídicos procedimentais com os princípios institutivos propostos pela teoria processual neoinstitucionalista do direito.

A seguir, temos o artigo *A Importância da Atuação do Ministério Público na Ação Popular: a Defesa Primordial do Direito Coletivo*, de autoria de Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Juliana Patrícia dos Santos Andrade e Rafael Clementino Verissimo Ferreira. Entre vários aspectos, o estudo trabalha os limites de atuação do Ministério Público na produção de provas e a necessidade de se tornar parte autora no caso de desistência do autor popular em razão da proteção dos direitos coletivos.

Chegamos ao fim desta edição com o texto de Adriane Medianeira Toledo, intitulado *A Separação Ilegal dos Membros de Famílias Envolvidas em Processos de Deportação*, no qual a autora analisa o processo de separação das famílias em situações de imigração.

Diante da abrangência, da atualidade e da profundidade dos textos desses grandes doutrinadores, espera-se, mais uma vez, que a *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate como uma das mais importantes publicações científicas de nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões!

É o que eu sempre desejo.

Flávio Tartuce

Coordenador-Geral da Revista

Sumário

Doutrina

1. A Tramitação da Reforma do Código Civil na Comissão Temporária do Senado Federal
Luis Felipe Salomão e Luciano Oliveira de Moraes..... 7
2. O Instituto da Ação na Legislação Brasileira – Uma Análise com o Direito Comparado nas Américas e a sua Intersecção com os Princípios do Processo Civil
Richard Bassan e Jussara Borges Ferreira..... 11
3. A Aplicação do Tema de Repercussão Geral nº 130 (STF) e do Tema de Recurso Repetitivo nº 1.122 (STJ)
Danilo Porfírio de Castro Vieira e Daniel Ferreira da Ponte 29
4. Óbices Legais à Tutela Provisória contra a Fazenda Pública
João Pereira Monteiro Neto 40
5. A Proteção dos Direitos Autorais na Música Brasileira: o Caso Martinho da Vila x Adele
Eduardo Rodrigues Brasil e Vinicius Pinheiro Marques 60
6. Dos Efeitos do Concubinato à Luz do Direito Obrigacional
Carlos Eduardo Montes Netto, Amanda Ferreira Gonçalves da Silva e Gabriela Calça .. 74
7. O Emprego da Inteligência Artificial no Processo e a Exigência de Fundamentação e Transparência das Decisões Judiciais: a Eficácia do Art. 8º do Projeto de Lei nº 2.338/2023
Magno Federici Gomes e Thyago Henrique Pogianelo Mendes 98
8. Arbitragem e Justiça Gratuita como Mecanismo de Ampliação do Acesso à Justiça e Proteção dos Direitos da Personalidade
Wellington Júnior Jorge Manzato, Marcelo Negri Soares e Claudineia Vêloso da Silva... 115
9. O Ato Jurídico Procedimental e o Controle Processual dos Negócios Jurídicos Procedimentais
André Cordeiro Leal, Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Leonardo Macedo Poli e Vitor Kalil Rocha Ferreira 131
10. A Importância da Atuação do Ministério Público na Ação Popular: a Defesa Primordial do Direito Coletivo
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Juliana Patrícia dos Santos Andrade e Rafael Clementino Veríssimo Ferreira 157
11. A Separação Ilegal dos Membros de Famílias Envolvidas em Processos de Deportação
Adriane Medianeira Toaldo 171

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Fixação de Tese em Abstrato. Não Cabimento de Recurso Especial. Precedentes
Relª Minª Maria Thereza de Assis Moura 180
2. Superior Tribunal de Justiça – Regime de Comunhão Parcial de Bens. Doação de Imóvel Particular. Ausência de Outorga Uxória. Invalidez do Negócio. Art. 1.647, I, do Código Civil
Relª Minª Maria Isabel Gallotti 185